



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150416 - MG (2021/0219962-7)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : LUIS CARLOS GOMES (PRESO)
ADVOGADO : LUIS CARLOS GRACINI JUNIOR - MG179558
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por LUIS CARLOS GOMES contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.099898-5/000).

O paciente foi preso em flagrante, em 21/8/2020, pela suposta prática do delito do art. 158 do Código Penal. Posteriormente, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva.

A defesa sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta ao acusado, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema do art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que, ao ser reavaliada, a segregação foi mantida em decisão genérica e abstrata e que o Tribunal de origem denegou a ordem acrescentando fundamentação não existente no *decisum* de primeiro grau.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação a custódia preventiva imposta ao recorrente, ainda que com a imposição de outras medidas cautelares menos gravosas .

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, especialmente porque o acórdão combatido consignou o seguinte (fl. 198):

Todavia, o suposto envolvimento com organização criminosa e a retomada dos demais fundamentos indicando a subsistência dos motivos ensejadores da prisão preventiva para garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal, os quais já foram devida e exaustivamente apreciados e confirmados por este Tribunal, impedem o acolhimento do pedido porquanto não caracterizado o constrangimento ilegal.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente